



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

José Glicerio Augusto Canuto¹
Edivania Maria Silva de Lima²

RESUMO

A presente pesquisa nos mostra que no decorrer do tempo as crianças que possuem necessidades educacionais especiais vêm percorrendo um caminho de dificuldades para ter acesso às escolas de ensino regular. Mesmo tendo o direito de frequentar as instituições escolares garantidos por lei, ainda tem-se um longo caminho a percorrer para que os objetivos propostos pela inclusão sejam executados com qualidade no meio escolar. Neste contexto, esta investigação tem como foco verificar o processo de inclusão do aluno com SD e busca analisar como se dá essa inclusão. Este trabalho priorizará o estudo bibliográfico de cunho qualitativo. O presente estudo tem como objetivo verificar a percepção da presença de alunos com SD nas aulas de educação física, a pesquisa se caracteriza como sendo qualitativa do tipo descritiva, argumentativa e bibliográfica. Com isso, considera-se que o processo inclusivo é algo possível e viável para acontecer no ambiente escolar, devendo este ser iniciado o mais cedo possível no processo de escolarização, priorizando as diferenças e a diversidade.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Síndrome de Down.

RESUMEN

Esta investigación muestra que con el tiempo los niños que tienen necesidades educativas especiales han estado viajando un camino de dificultades para tener acceso a las escuelas regulares. Incluso tener derecho a asistir a las instituciones escolares garantizados por la ley, aún tiene un largo camino por recorrer antes de que los objetivos propuestos para su inclusión se ejecutan con la calidad en las escuelas. En este contexto, esta investigación se centra verificar el proceso de inclusión de alumnos con SD y busca analizar cómo es esta introducción. Este trabajo dará prioridad al estudio bibliográfico de carácter cualitativo. Este estudio tiene como objetivo determinar la percepción de la presencia de estudiantes con síndrome de Down en las clases de educación física, la investigación se caracteriza por ser descriptivo cualitativo, argumentativa y bibliográfico. Por lo tanto, se considera que el proceso inclusivo es algo posible y factible que tenga lugar en el ámbito escolar, que debe iniciarse lo antes posible en el proceso educativo, haciendo hincapié en las diferencias y la diversidad.

¹ gliceriocanuto5@gmail.com

² Edivania201210@hotmail.com

Palabras-clave: Educación Especial. Inclusión. Síndrome de Down.

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional de alunos com necessidades educativas especiais, já por alguns anos, faz parte da política educacional do Governo, o que tem acarretado discussões sobre a inclusão desses alunos em muitas áreas, mas principalmente na área da Educação Física, pois esta desempenha um papel importante no desenvolvimento motor, desenvolvimento intelectual, social e afetivo de alunos com necessidades educativas especiais (CARNIEL, 2007).

Para incluir é necessário muito mais do que o espaço em si, é necessário que haja mudanças de atitudes, não apenas dos professores, mas de todos que compõem um sistema escolar, como diretores, coordenadores, funcionários e dos outros alunos envolvidos nesse processo de inclusão (RAVAZZI, 2009). Deste modo, com toda discussão em volta dessa temática nota-se que muito se evoluiu, porém ainda existem dentro do contexto escolar discriminação e preconceito, pois é observado que estes alunos incluídos no ensino regular ainda recebem ensinamentos diferenciados, sendo muitas vezes excluídos das aulas de Educação Física por conceitos equivocados de que estes não aprendem.

Ainda atitudes preconceituosas podem aparecer de modo verbal, o costume de dar apelidos uns aos outros, sendo que alunos com deficiências ficam mais propícios a essa situação, por exemplo, alunos com SD estão mais expostos, pois possuem aparências e características físicas próprias. Apenas inserir alunos com deficiência no ensino regular juntamente com outros alunos sem deficiência não caracteriza a inclusão, pois segundo Glat (1995) afirma que embora seja possível fazer cumprir uma lei que obrigue escolas a receberem crianças com deficiência não se pode fazer uma lei obrigando que as pessoas aceitem e sejam amigas dos deficientes.

Sendo assim e considerando que o objetivo da escola inclusiva é uma educação igual para todos, devemos assim além de pensar no aluno que veio para ser incluso, lembrarmos dos alunos que já estavam presentes na escola antes da chegada do aluno com deficiência. Diante desta temática surgem alguns questionamentos, especificamente no caso de alunos com SD, está existindo uma interação destes alunos com os demais nas aulas de Educação Física? Nestas aulas, mostram-se presentes atitudes discriminatórias e/ou preconceituosas?

A sociedade atual impõe padrões dos quais devemos nos adequar para sermos aceitos, é comum vermos pessoas ficarem

espantadas ao se depararem com outra pessoa que se desvia do modelo que é esperado e aceito pela sociedade fazendo pré-julgamentos. Esses preconceitos acabam gerando atitudes discriminatórias, em que se exclui o ser que não se enquadra no padrão esperado sem mesmo o conhecer, apenas por pré-julgamentos. Por causa dessas atitudes sem conhecimento algum é que por muito tempo o ensino de pessoas com deficiência tem sido separado, os privando assim de um melhor desenvolvimento social. Com o passar do tempo surgiram-se discussões quanto à aceitação e respeito dessas diferenças, deste modo começa a se pensar em uma educação sem distinção, de direito e qualidade igual a todos. Sendo assim nos dias atuais é muito comum a discussão de uma escola inclusiva.

Abrir oportunidades educacionais adequadas a todas as crianças. Dar condições para que as crianças que tenham necessidades educativas especiais possam se desenvolver socialmente e intelectualmente junto às outras crianças. É

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa, com análise de

uma escola, portanto, que aceita todas as diferenças e se adapta à variedade humana, criando um ambiente propício ao desenvolvimento das potencialidades humanas (SEMENGHINI, 1998).

Este trabalho justifica-se se pela necessidade de verificarmos como está acontecendo à interação entre alunos com SD e os demais alunos no ensino regular analisando como o convívio nas aulas de Educação Física tem contribuído para o processo de inclusão de modo significativo. Diante desta justificativa o presente estudo tem como objetivo geral verificar a percepção da presença de alunos com SD nas aulas de Educação Física sob a ótica dos alunos sem deficiência.

Como objetivos específicos, averiguar se os alunos sem deficiência percebem o aluno com SD como deficiente e identificar se há atitudes discriminatórias dos alunos sem deficiência nas aulas de Educação Física, a partir de uma pesquisa bibliográfica, considerando a visão do aporte teórico.

conteúdo de livros e documentos adquiridos em bibliotecas físicas e virtuais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Breve Histórica de Educação Inclusiva

Quando nos reportamos para o processo histórico da Educação Inclusiva no Brasil, se faz necessário refletir sobre seu processo de mudança, já que a educação é um direito de todos os alunos sem ou com qualquer tipo de deficiência, de modo que ter acesso a escola, principalmente pública, é uma questão de direito, na qual atualmente percebemos que os alunos são sujeitos de direito, e, portanto, o acesso à escola é uma garantia assegurada por lei, que por sua vez deve ser uma escola de qualidade, gratuita, independente que cor, raça, religião, assim, a escola deve ser inclusiva, com aspecto social, onde se possa valorizar o aluno em suas dificuldades, diferenças e também respeitar a diversidade.

Quando nos reportamos para o processo histórico da Educação Inclusiva no Brasil, se faz necessário refletir sobre seu processo de mudança, já que a educação é um direito de todos os alunos sem ou com qualquer tipo de deficiência, de modo que ter acesso a escola, principalmente pública, é uma questão de direito, na qual atualmente percebemos que os alunos são sujeitos de direito, e, portanto, o acesso à escola é uma garantia assegurada por lei, que por sua vez deve ser uma escola de qualidade, gratuita, independente que cor, raça, religião, assim, a escola deve ser inclusiva, com aspecto

social, onde se possa valorizar o aluno em suas dificuldades, diferenças e também respeitar a diversidade.

No entanto, quando nos referimos a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência, independente de qual seja, é dever do professor utilizar todo o conhecimento adquirido enquanto sua inserção na formação inicial e específica, desenvolver em sua função como educador uma prática pedagógica voltada para os alunos que apresentarem deficiência, fazendo todo possível para que todos os alunos aprendam e progridam, em salas regulares, juntamente com os demais alunos, para que se possa incluir os demais em universo de diferença, dificuldades e limites.

Em tempos remotos, alunos com deficiência, eram colocados em ambientes “isolados”, ou seja, em escola especial destinado a alunos com alguma particularidade, os pais eram aconselhados, orientados a colocarem seus filhos “diferentes” em escolas que atendessem a demanda, isso configurava em separar os alunos normais dos deficientes, que em outras palavras, não podiam compartilhar do mesmo espaço, de modo que reinava o preconceito e a rejeição de assegurar a criança deficiente o direito de dividir suas experiências e limitações com outras crianças.

Essa fase na história da educação brasileira passou por mudanças, é bem verdade que muito ainda se deve fazer, mas em termos de mudanças, os resultados são visórios, já que a atual realidade exige que os alunos com deficiências, distúrbios, como é o caso de Down, sejam incluídos em salas regulares, onde o professor deve trabalhar o social, a interação entre todos, baseado no respeito e na cidadania, como também na possibilidade de um fazer parte do mundo do outro em suas diferenças e limitações. No entanto, ainda percebemos que a escola inclusiva para todos ainda sofre com a inclusão de alunos com distúrbios e deficiência, considerando que muitas escolas (públicas), ainda não estão adaptadas a receber esses alunos, pela falta de espaço condizente com a realidade deles, com a falta de educadores especializados, vontade de mudar, e principalmente, a falta de investimentos como recursos humanos e materiais, instrumentos pedagógicos, necessário para o trabalho pedagógico, como também vontade política que não direciona um olhar social para esta população que necessita de espaço para aprender e expressar seus sentimentos. Mazzotta (2002), afirma que:

A dificuldade para aprender não deve ser considerada como algo generalizável a todo tipo de aprendizagem, isso significa dizer que todas as condutas são afetadas pela deficiência. Para isso, é preciso

procurar e esgotar todos os métodos e meios de ensino que permitam aos alunos a aprender e alcançar os objetivos educativos, motivando-os a sempre buscar seu melhor (MAZZOTTA, 2002, p. 155).

Neste sentido, percebe-se, que em se tratando de criança com SD, apesar de possuir várias de suas características físicas e psicológicas limitadas, possuem também uma comprovada capacidade de aprender. De modo que a adaptação educativa dos métodos e avaliação contribui para o progresso dentro do contexto escolar, pois, assim, sendo a criança com SD tem maior facilidade de aprendizado, claro, dentro de suas capacidades, habilidades e limitações, que também facilitam na aprendizagem, pois, além de serem divertidas, as crianças desta especialidade, são crianças divertidas e de fácil relação em termos de afetividade, isso, lógico, dependendo de como as ações educativas destinadas a esta população são desenvolvidas.

Portanto, tratar as crianças especiais com olhar inclusivo e deixar para traz as velhas concepções de “coitadinhos”, “doentes”, atualmente a inclusão de alunos especiais, principalmente com SD é criar um novo aspecto para a escola brasileira, pautada nos direitos humanos que defende o direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo sobre si mesmos e sobre o outro, respeitando as diferenças individuais, sem nenhum tipo de discriminação. Assim,

o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA), defende que toda a criança e adolescente tenha direito a educação, lazer e esporte, e diante dos seus artigos que regem a Constituição Federal (1988), todos tem o direito de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (ECA, 1990) dentre outros, incluindo alunos com ou sem necessidades especiais.

Porém como se sabe, por muito tempo pessoas com deficiência não tinham a oportunidade de frequentarem às escolas de ensino regular, estas estavam inseridas em escolas especiais, sendo privados da socialização com alunos sem deficiência. Este fato estava indo contra a Constituição Federal, conforme Brasil (1988) que diz ser dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos deficientes, preferencialmente na rede regular de ensino, dentre outros atendimentos. Sendo assim, houve a necessidade de se discutir sobre a criação de meios para promover a inclusão de alunos com necessidades especiais, este tipo de debate aconteceu tanto em âmbito internacional como nacional.

No entanto, considerado um marco, o documento Declaração de Salamanca foi aprovado na Conferência Mundial de Educação Especial, que aconteceu na Espanha, na cidade de Salamanca no ano de

1994, composto por 88 países participantes, dentre o Brasil, que foi um dos primeiros países a aderir mudanças quanto à educação brasileira, se comprometendo a incluir alunos com necessidades especiais na escola regular, a partir dos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

A partir desse compromisso a educação brasileira inclusiva passou a priorizar o aluno com necessidades especiais, no entanto, as escolas públicas muitas ainda não estão adaptadas a esse novo modelo de educação, como mencionado antes, necessita-se de muito para termos efetivamente uma escola inclusiva, é preciso que qualifique o professor para que o mesmo possa desenvolver sua capacidade de lidar com estas crianças sem a menção do assistencialismo.

Característica de Crianças com SD

Durante a antiguidade, de acordo com Maia (2005) as crianças que apresentavam características distintas eram tratadas com uma perspectiva discriminatória, devido à comparação existente entre os sujeitos e a relação da negação e não aceitação da diferença. Outro fator que contribuiu para o processo de marginalização dos diferentes eram as crenças religiosas e os movimentos místicos

existentes, o que colaborou para as práticas de infanticídio e abandono desses sujeitos (MAIA, 2005).

Na Idade Média, o processo de exclusão não foi muito diferente. A Igreja condenava a prática do infanticídio em sujeitos com problemas sensoriais, visto que essa prática era percebida como assassinato, cabendo aos sujeitos que se utilizavam dela a pena de morte autorizada pela Igreja (MAIA, 2005, p. 171).

Porém, ainda de acordo Maia (2005) a mesma Igreja não coibia práticas de infanticídio e abandono de sujeitos que apresentavam deformidades infantis consideradas demoníacas, como deficiência mental, deficiências múltiplas etc. Nessa época, as pessoas com deficiência eram consideradas possuídas pelo demônio e frequentemente eram apedrejadas ou mortas em fogueiras pela Inquisição. Somente a partir de 1994, começaram a serem instituídas as novas diretrizes para a educação especial, que, na época, seguiram os princípios propostos pela Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), o que significou uma quebra paradigmática nas propostas de equidade educacional. De acordo com a referida declaração, Assim.

Em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem, em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, definem-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar, por fim, em

vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de normalidade para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (MAZZOTTA, 2002, p. 122).

Frequentemente, a Síndrome de Down era chamada de mongolismo e as pessoas que a apresentam chamadas de mongolóides. Todavia, estes termos são totalmente inadequados e carregam uma série de preconceitos criados a partir de descrições incorretas realizadas no passado e, por isso, devem ser evitados. De acordo com Puechel (2003) o nome Síndrome de Down surgiu a partir da descrição de John Langdon Down, médico inglês que descreveu em 1866, pela primeira vez, as características de uma criança com esta síndrome.

A SD ou Trissomia do cromossomo 21 é um distúrbio genético causado pela presença de um cromossomo 21 extra, total ou parcialmente, também pode ser chamada de trissomia e as pessoas que a possuem de trissômicos. Estes nomes começaram a ser utilizados depois que Jerome Lejèune, um médico francês, identificou um pequeno cromossomo extra nas células destas pessoas.

A síndrome de Down é um evento genético natural e universal, estando presente em todas as raças e classes sociais (DE LA ROCQUE CARDOSO, 2004). Ainda não se conhece a causa dessa alteração genética. Sabe-se apenas que não

existe responsabilidade do pai ou da mãe para que ela ocorra. Qualquer casal pode ter um filho com SD, por isso ao se planejar um filho, existem exames que previnem o nascimento de pessoas com tal problema (DIAS E MARTINS, 2004). Síndrome de Down é uma combinação específica de características fenotípicas que inclui retardo mental, e uma face típica. As pessoas com síndrome de Down costumam ser menores e ter um desenvolvimento físico e mental mais lento que as pessoas sem a síndrome.

A maior parte dessas pessoas tem retardo mental de leve a moderado, algumas não apresentam retardo e se situam entre as faixas limítrofes e médias baixa, outras ainda podem ter retardo mental severo. Segundo Puechel (2003) existe uma grande variação na capacidade mental e no progresso desenvolvimental das crianças com síndrome de Down. O desenvolvimento motor destas crianças também é mais lento. Enquanto as crianças sem síndrome costumam caminhar com 12 a 14 meses de idade, as crianças afetadas geralmente aprendem a andar com 15 a 36 meses.

O desenvolvimento da linguagem também é bastante atrasado. É importante frisar que um ambiente amoroso e estimulante, intervenção precoce e esforços integrados de educação irão sempre influenciar positivamente o desenvolvimento desta criança (PUECHEL, 2003, p. 77).

Segundo Puechel (2003) nem sempre a criança com SD apresenta todas as características conhecidas, algumas podem ter somente umas poucas, enquanto outras podem mostrar a maioria dos sinais da síndrome. Algumas das características físicas das crianças com SD são: achatamento da parte de trás da cabeça, inclinação das fendas palpebrais, pequenas dobras de pele no canto interno dos olhos, língua proeminente, ponte nasal achatada, orelhas ligeiramente menores, boca pequena, tônus muscular diminuído, ligamentos soltos, mãos e pés pequenos, pele na nuca em excesso (PUECHEL, 2003).

Werneck (1995) destaca que a palavra Síndrome vem do grego Syndromé, que quer dizer conjunto de sinais e sintomas que caracterizam um determinado quadro clínico. Ainda afirma que é um atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, ou seja, a criança com SD senta, engatinha, anda, sustenta a cabeça e fala mais tardiamente do que as crianças ditas normais e isto se dão devido à alteração no cromossomo 21, no início da gestação materna.

Por se tratar de uma alteração na formação genética da criança, a Síndrome de Down não tem cura, entretanto, uma boa educação, estimulação e dedicação resultarão em um desenvolvimento máximo e independente do potencial da criança. O diagnóstico clínico pode ser detectado nos primeiros momentos de vida, a criança com Síndrome de

Down apresenta características fenotípicas diferenciadas, sendo a deficiência mental a única característica presente em todos os casos (WERNECK, 1995, p. 55).

Ainda segundo Werneck (1995) comenta que a ser percebidas as características é necessário fazer um exame chamado cariótipo, o qual é realizado a partir dos cromossomos e que confirma o diagnóstico da síndrome de Down. Algumas características físicas contribuem para a realização do diagnóstico da SD, pois geralmente são pessoas que apresentam baixo peso e tamanho no nascimento, flacidez muscular, pescoço curto e grosso, rosto redondo, prega na pálpebra superior no canto interno dos olhos, língua grande e flácida, nariz pequeno e um pouco achatado, orelhas pequenas, mãos pequenas com dedos curtos, pés pequenos largos e grossos, prega palmar única, cabelo liso e fino, dentição irregular e tardia.

Além das características físicas citadas, a criança com SD apresenta outros aspectos, como a deficiência mental, problemas cardíacos, má formação congênita e respiratória, leucemia e doença de Alzheimer em alguns casos (WERNECK, 1995). As crianças com deficiência passam pelos mesmos estágios da criança normal, apenas com lentidão. Na semelhança entre hierarquias das construções de conceitos, os normais e deficientes não apresentam quaisquer

diferenciações estruturais, mas funcionais. Mantoan (2001) sintetiza que já ficou claro que a inteligência dos deficientes evolui na medida em que se atua pedagogicamente em duas frentes a que se refere à solicitação do desenvolvimento das estruturas mentais e a que propicia uma melhoria de condições de funcionamento intelectual.

Têm-se, portanto de assegurar ao sujeito cognitivamente prejudicado uma ação concomitante de apoio e estimulação da construção de seus instrumentos intelectuais e de utilização mais ampla, adequada e eficiente dos mesmos na resolução de situações-problemas (SCHWATZMAN, 2003, p. 112).

De acordo com Schwatzman (2003) a criança pode falar de forma mais clara, quando imita palavras que acabaram de serem ditas por outra pessoa, do que quando ela própria tem que lembrar as palavras para comunicar-se. Os bebês com SD parecem ser menos responsivos para as palavras ditas pela mãe, assim como para estimulações não verbais, como sorrisos, caretas, gestos, normalmente sorriem e vocalizam menos do que outros bebês. Schwatzman (2003) ainda destaca que:

A Síndrome de Down limita o desenvolvimento, pois a deficiência que as crianças apresentam as impedirá de absorver todos os estímulos oferecidos pelo meio. Evidentemente, conseguirão superar, embora tardis etapas da vida. A ausência de estímulos na Síndrome de Down significa regressão, até mesmo na fase adulta, porque frágeis conexões neuronais

podem diminuir por falta de estimulação (SCHWATZMAN, 2003, p. 134).

A estimulação da criança com SD em todos os seus aspectos é de grande relevância para o desenvolvimento da criança, a qual consiste num processo contínuo de interação, envolve ações como: motivar, ensinar, aproveitar momentos e objetos e relações para transformar em conhecimento e aprendizado. Bibas (1999) argumenta que:

A estimulação é fácil, basta associar três sentimentos importantes: amor, bom-senso e vontade de ensinar, de superar os limites de um diagnóstico médico, pois, é na família que a criança passa a maior parte de seu tempo, é no espaço de seu lar que terá mais experiências, e são seus pais e irmãos os maiores interessados em seus progressos. Aos poucos, os familiares se descobrirão estimulantes e estimuladores, á medida que a estimulação vai se tornando tão natural que passa a fazer parte do cotidiano de cada um (BIBAS, 1999, p. 79).

Sendo assim a estimulação é de grande importância, pois se bem estimulada à criança com Síndrome de Down poderá participar da vida familiar e assim estar inserida no meio social e conseqüentemente no contexto educacional. A idade materna ainda é um fator de risco no que se refere ao nascimento de um filho com SD, pois quanto maior for á idade materna, maior será a incidência desta patologia. Em

relação à idade materna, Werneck (1995) destaca que:

A maioria das pessoas ainda acredita que a idade materna é a única variável bem definida capaz de influenciar no nascimento de um filho com Síndrome de Down. [...] à medida que a mulher envelhece, seus óvulos envelhecem também. Isto daria margem à maior ocorrência de fetos malformados de modo geral (WERNECK, 1995, p. 79).

Após os 35 anos, os riscos aumentam consideravelmente. Nesse aspecto, a educação para alunos com Síndrome de Down deve estimular o desenvolvimento de suas habilidades e deve ser adaptada de acordo com o potencial e as necessidades de cada criança, favorecendo o pleno desenvolvimento social, mental e expressivo aceitando-a em seu meio, estimulando e proporcionando sua inserção na sociedade.

Werneck (1995) argumenta que, os deficientes de SD têm capacidade de aprender, dependendo da estimulação recebida e da maturação de cada um, o desenvolvimento afetivo e emocional da criança também adquire papel importante. O aluno pode ser educado, pode vir a falar bem, a ler e escrever, ser independente nas atividades diárias, e pode ser inserido no mercado de trabalho, assegurado por lei, desde que seja estimulado a ter sua vida social independente.

Neste sentido, vale acrescentar que crianças e adultos com SD, atualmente são capazes de trabalhar, estudar e superar limites, tendo em vista o reconhecimento dos seus direitos, da abertura de vagas no mercado de trabalho, da inclusão em escolas públicas, universidades que abraçam a causa com muita vontade de contribuir com a superação de velhas concepções educacionais, social, até porque são pessoas simpáticas, na qual fortalece os vínculos afetivos com bastante facilidade, isto porque os avanços da tecnologia e da ciência vêm contribuindo a cada dia com uma nova visão para a boa convivência familiar e social.

A Escola: como lidar com SD?

Segundo Mantoan (2006), a inclusão escolar é um meio de mudar o conceito de que o fracasso escolar é responsabilidade somente do aluno e com isso perceber que é um resultado do próprio sistema educacional ministrado nas instituições escolares. A autora continua ressaltando que o professor se esconde na antiga maneira de ensinar e rotula seus alunos. Sendo assim, a segregação acontece, de maneira consciente ou não, pois criam espaços e programas para atender aos alunos rotulados como agressivos, hiperativos, deficientes, entre outros. Mantoan (2006) destaca ainda que a

escola apresenta-se em diversas formas de ser, em consequência, uma escola que abriga o aluno em suas peculiaridades e manifestações intelectuais, sociais, culturais e físicas, sendo assim, os alunos são simplesmente alunos, estão na escola para aprender a ser um cidadão crítico e autônomo e não devem ser rotulados em moldes e estereótipos.

Compreende-se que as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas com possibilidade de interagir em um universo abrangente e que pode lidar com a realidade de outras pessoas, proporcionando a interação e a comunicação.

Segundo Mantoan (2006), muitos profissionais da educação esperam aprender técnicas e diretrizes pedagógicas de como ensinar crianças especiais. Contudo, ensinar dentro da perspectiva da inclusão, exige reestruturar e dar um novo significado ao papel do professor. Para Werneck (2005) à educação da criança com Síndrome de Down:

[...] intervêm tanto na família, na escola, como na sociedade. É uma atividade que deve começar a partir do nascimento, como uma estimulação capaz de integrá-la progressivamente ao meio ambiente e à vida social. Sem dúvida, a participação ativa da família é decisiva para o desenvolvimento integral da criança [...] estudos vem demonstrando que o progresso de

alunos que foram estimulados desde bebês é mais acelerado do que o dos que receberam tardiamente ou que nunca a tiveram (WERNECK, 2005, p. 162).

A educação da criança com de SD inicia-se desde o seu nascimento, com o auxílio de sua família e procede-se na escola e na sociedade. É importante que todas as potencialidades do conhecimento sejam estimuladas, principalmente no caso de alunos com SD, que necessitam de maior atendimento e atenção para que assim se desenvolvam integralmente. Sendo assim, é necessário estruturar melhor as instituições escolares e rever suas formas de atuação, para que de fato, possa ser oferecido um ensino de qualidade não somente às crianças com necessidades especiais, mas a todos, e conscientizar os demais alunos, para que compreendam e contribuam para a inclusão social.

Inclusão Escolar

Apesar de garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a filosofia da inclusão não se consolidou na forma desejada. É preciso, antes de qualquer ponto, em que os professores se adaptem a este novo processo, entendendo que há necessidade de um novo olhar para os deficientes dentro das necessidades educacionais especiais. É importante que sejam revistos os conceitos e preconceitos existentes, para que seja

possível a elaboração de um trabalho educativo de qualidade (MAZZILO, 2008). Surgem assim os defensores da escola especial, das classes especiais, na qual questionam a educação inclusiva. Para eles, as escolas regulares não estão preparadas para incluir esses sujeitos. Não negamos essa afirmação, porém, como qualquer processo, o movimento inclusivo deve ser colocado em prática, mesmo com suas carências e dificuldades (MAIA, 2005).

Incluir é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção, e para o aluno com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo (MANTOAN, 2003, p. 201).

Mazzilo (2008) diz que a afirmação dos defensores da escola especial diz respeito à formação dos professores. Aqueles salientam que os educadores das escolas regulares não estão preparados para a diversidade a ser encontrada nas distintas áreas de necessidades especiais. No entanto, a relevância do termo inclusão escolar não se limita apenas à população dos portadores de necessidades educacionais especiais. A inclusão educacional não é somente um fator que envolve essas pessoas, mas também as famílias, os professores e a comunidade, na medida em que visa

construir uma sociedade mais justa e consequentemente mais humana.

Em nenhum momento a educação inclusiva se opõe a escola especial alguns sujeitos devem continuar sendo atendidos, por esta, devido às suas necessidades e ao trabalho individualizado que necessitam. O que se questiona, e se busca é redimensionar a inclusão de todos os sujeitos que assim o desejarem na escola regular com direito à valorização da diversidade humana (MAZZILO, 2008, 76).

A instituição escolar precisa redefinir sua base de estrutura organizacional destituindo-se de burocracias, reorganizando grades curriculares, proporcionando maior ênfase à formação humana dos professores, e afinando a relação família escola, propondo uma prática pedagógica coletiva, dinâmica e flexível, para atender esta nova realidade educacional. A educação inclusiva tem força transformadora, e aponta para uma nova era não somente educacional e sim para uma sociedade inclusiva.

Para conseguirmos reformar a instituição escolar, primeiramente temos que reformar as mentes, entretanto, não conseguirá reformar mentes sem que se realize uma prévia reforma de instituições. De forma que a inclusão não seja limitada a determinadas deficiências e sim que seja inclusiva para todos, minimizando a questão do preconceito, da discriminação. Para o momento atual a escola deve

direcionar um olhar inclusivo de modo que também insira o educador em um trabalho participativo, dinâmico e eficaz.

A Inclusão de Alunos com SD na Educação Física

A Educação Física no âmbito escolar com o passar dos anos vem sofrendo mudanças, quanto a seu objetivo de estudo, o motivo pela qual está inserida no contexto educacional tanto quanto para que auxiliara os alunos. Deste modo vários valores lhe foram acrescentados nesse período de tempo (SOLER, 2006). Por muito tempo a Educação Física tinha seu objetivo voltado para o desenvolvimento e aprimoramento do físico dos alunos, devido ao caráter militar atribuído a ela no século XIX onde se cria uma educação para o corpo, acreditando-se que a adiestração do povo por meio da atividade física levaria a obediência e desenvolveria homens fortes com o intuito de defenderem o estado nas guerras.

Devido a este valor agregado a Educação Física, até pouco tempo o que se via nas escolas era uma educação voltada para o físico, de modo que o objetivo central era a aptidão física, voltado à formação de atletas. Com esses valores atribuídos a Educação Física, o aluno desejado era aquele com boa aptidão que praticava os esportes de competição, porém os tantos outros que não se caracterizavam neste grupo eram excluídos das aulas, de fato essa não era a educação inclusiva que garantia o direito a todos de modo igual (SOLER, 2006, p. 44).

Assim, o objetivo da Educação Física teve que ser discutido e com os anos houve mudanças significativas neste respeito. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento que traz subsídios para os profissionais da educação, o princípio de inclusão na Educação Física é:

A sistematização de objetivos, conteúdos, processos de ensino e aprendizagem e avaliação tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimento, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas. Busca-se reverter o quadro histórico da área de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência. (BRASIL, 1998, p.19).

Com essa crise passada pela Educação Física surge uma teoria que está se estabelecendo de modo consistente nos dias atuais, a cultura corporal de movimento, onde o objetivo deixa de ser focado no movimento produzido e passa a valorizar o sujeito que se movimenta. Se trabalharmos nas aulas de Educação Física com este propósito quanto à inclusão entenderemos que, de acordo com Soler (2006):

O principal objetivo que a Educação Física tenta obter no trabalho com portadores de necessidades especiais é sua total reintegração à sociedade, com autonomia, liberdade, criatividade e alegria. Outros objetivos complementares também são tentados, como melhora da condição motora, domínio do corpo

para um desempenho de atividades biopsicossociais e um desenvolvimento sociocultural (SOLER, 2006, p. 52).

A Educação Física apresenta conteúdos próprios, porém ao organizar esses conteúdos o professor deverá ter em mente que função quer que este cumpra somente assim estes conteúdos resultará em um ensino e uma aprendizagem significativa. Ao definir conteúdos Sacristán e Gómez (1998) salientam que:

Os conteúdos compreendem todas as aprendizagens que os alunos/as devem alcançar para progredir nas direções que marcam os fins da educação numa etapa de escolarização, em qualquer área ou fora delas, e para tal é necessário estimular comportamentos, adquirir valores, atitudes e habilidades de pensamento, além de conhecimento (SACRISTÁN; GOMES, 1998, p. 150).

Visto que pessoas com SD apresentam particularidades estruturais, exige-se uma maior atenção quanto à prática da Educação Física na escola, um cuidado quanto ao que se deve estimular e também evitar. As características físico-motoras dessas pessoas com SD das quais oferece mais comprometimento na Educação Física segundo Gimenez (2005), são:

Problemas sensoriais perceptivos;

Visão: nistagmo, estrabismo, miopia e percepção visual;

Auditivo: condução, percepção;

Táteis proprioceptivos: organização espacial de suas ações motoras;

Problemas de equilíbrio: imaturidade do cerebelo, aparelho vestibular e dos sistemas visual e tátil;

Problemas ligamentares: frouxidão nos ligamentos que estabilizam articulações importantes;

Problemas de hipotonia muscular: musculatura mais frouxa, impressão de flexibilidade, resulta no atraso para alcançar etapas importantes como aquisição do controle postural do tronco e do andar;

Problemas gerais de sistema respiratório e circulatório: alta incidência destes problemas associa-se à baixa perspectiva de vida dessa população (GIMENEZ, 2005). Problemas de diabetes e obesidade: contribuem para fragilizar a saúde das pessoas com SD, principalmente crianças.

Para que aconteça realmente a inclusão nas aulas é importante que os alunos participem das aulas, do processo bem como da seleção dos conteúdos. Devido às necessidades especiais dos alunos com esta síndrome precisamos nas aulas de Educação Física criar alternativas e adaptações para que estes alunos possam estar inclusos de modo significativo, sendo assim, nas atividades utilizaremos várias fontes de informações, também tomar cuidado de acordo com Gimenez (2005) quanto a atividades que envolvam equilíbrio, grande impactos em articulações

e atividades anaeróbicas, e se possível procurando trabalhar fortalecimento de grupos musculares. Uma criança com Síndrome de Down tem tendência espontânea para a melhora, porque o seu sistema nervoso central continua a amadurecer com o correr do tempo; o problema é que esse amadurecimento é mais lento (LEFÉVRE, 1988).

Assim necessita-se do conhecimento sobre a deficiência e sobre o que os alunos que não tem deficiência pensam e sabem sobre esta, somente assim poderemos contribuir para a formação e inclusão dos alunos com necessidades especiais, não os privando de vivências motoras, porém tomando os devidos cuidados para que estas não os prejudiquem, mas possam contribuir para o aceleração do desenvolvimento destes alunos.

Saber qual a função do que quer que o conteúdo seja cumprido, proporcionar o agir de modo que auxilie os alunos na construção de conhecimento, fazendo mediações necessárias para que todos, sem discriminação, possam aprender de modo significativo, sendo cidadãos autônomos, participativos e com responsabilidades sociais, aceitando as diferenças e dificuldades do outro e cooperando quando necessário.

Quando encontramos um aluno com SD nas aulas de Educação Física do ensino regular a maior dúvida é se seremos capazes de ministrar uma aula onde possamos de forma significativa contribuir para a formação deste aluno, isto reflete a nossa formação inicial. A prática de inclusão de pessoas com necessidades especiais é ainda recente no âmbito escolar por isso, a maioria dos cursos de graduação em licenciatura mesmo oferecendo alguma disciplina sobre Educação Especial o faz de modo muitas vezes insuficiente.

É possível observarmos que os conteúdos da Educação Física podem ser ministrados a todos os alunos, independente de ter ou não deficiências, o que se faz importante é a adaptação destes para que se torne possível a compreensão daqueles que possuem limitações, deste modo, se faz importante os professores terem saberes que os possibilitem a fazerem estas adaptações, e suas atitudes serão fundamentais para que esse processo dê certo. De acordo com Castro (2005):

Atitudes positivas de professores em relação ao ensino inclusivo são fundamentais para o sucesso de qualquer programa. Pois o professor enquanto ensina se torna o exemplo quanto a atitudes, valores e convívio em sociedade, os alunos tendem a imitá-lo neste sentido (CASTRO, 2005, p. 69).

Porém, o importante é lembrar que o sistema nervoso central do aluno com SD

continua amadurecer, isto ocorre de maneira mais lenta, assim sendo, nas aulas de Educação Física o professor deverá ter mais calma ao ensinar os conteúdos realizando-os de modo progressivo, partindo do mais simples para o mais complexo, estimulando o tempo de reação, de escolha, ritmo, agilidade, controle de força e equilíbrio, objetivando sempre o desenvolvimento para a melhora nestes aspectos, levando sempre em consideração as limitações dos alunos. Ortiz (2008) ao realizar uma pesquisa com professores de Educação Física da rede regular procurou verificar se estes estão preparados para trabalhar com a inclusão de alunos com SD nas suas aulas regulares.

Através da análise e discussão dos resultados obtidos através dos questionários, concluiu-se que apesar de grande interesse dos professores em trabalhar com esse grupo incluído em suas aulas, a maioria não está preparado para desempenhar tal inclusão. Mostrando assim, que a falta de conhecimento sobre esta deficiência dificulta muito o trabalho inclusivo nas aulas, destacando a importância de uma formação continuada dos professores para que alunos com deficiência possam ser inclusos nas aulas regulares de modo positivo e bem sucedido.

Pfeifer e Santos (2010) realizaram outra pesquisa que buscou verificar a

interação social de crianças com SD e crianças com desenvolvimento típico na rede regular de educação infantil. Para estudo foram observadas crianças com SD e crianças com desenvolvimento típico. Como conclusão de acordo com o comportamento observado e a faixa etária, observou-se que as crianças com SD observadas nesta pesquisa, não apresentou características de interação sociais muito diferentes do outro grupo de crianças com desenvolvimento típico, ressaltando a grande importância da escola inclusiva.

Deste modo, conclui-se que a inclusão acontece, mas provoca pequenas mudanças das quais se faz necessária uma discussão. Com esses estudos e pesquisas realizadas, nota-se uma grande necessidade e importância quanto a realizar estudos direcionados a inclusão de alunos com SD no ensino regular, pois esta inclusão embora aconteça, muitas vezes, professores e até mesmo alunos sem necessidades educativas especiais não estão devidamente preparados para que esse processo se concretize de modo eficaz, prejudicando assim o desenvolvimento dos alunos com SD nas aulas, pois estes estão inclusos somente no espaço físico, não participando da aula, sendo excluídos do processo de ensino e aprendizagem, sofrendo muitas vezes atitudes discriminatórias e preconceituosas.

A proposta da Educação Física na escola é inserir a criança em meio à cultura corporal do movimento, para que ela possa compreender aprender e desenvolver suas habilidades, percebendo o meio ambiente e as adaptações que o mundo oferece. A disciplina tem o dever de proporcionar ao aluno práticas que desenvolvam suas dimensões cognitivas, afetivas, motoras e socioculturais. A inclusão não pode e nem deve ser encarada como uma forma negativa de desafio e, sim apenas como uma consciência sobre as diferenças individuais de cada criança, como explica Flórez (1997), elogiar a criança durante uma brincadeira que foi executada de forma correta, evita que a mesma fique frustrada, por exemplo, durante uma atividade que precise ser utilizado os dedos como ato de pinçar, devido a suas limitações, ao não conseguir fazer o movimento a criança com SD, pode lançar o brinquedo, e ao chegar nesse estágio fica um tanto quanto complicado retirá-la do mesmo, porém a música, a dança e movimentos corporais podem ajudar a acalmá-las.

Por tanto, talvez seja necessário evitar brinquedos e atividades que não sejam compatíveis as limitações. A segurança das crianças e o acompanhamento de perto das atividades realizadas, garantem o primeiro estágio de desenvolvimento, a avaliação do professor,

quanto às maiores dificuldades da criança é o que irá facilitar quanto aos métodos e atividades a serem desenvolvidas.

É fundamental, que ao se iniciar um processo de atividades para crianças com SD, seja considerado todo o seu contexto sociocultural, suas deficiências corporais, enfim, suas potencialidades. Para que seja construído um trabalho focado no desenvolvimento individual, garantindo o direito ao aprendizado e a cidadania. Portanto o professor de Educação Física pode buscar atividades que sejam compatíveis para o desenvolvimento das crianças com SD, junto às outras crianças, para que haja a socialização e um bom desempenho no aprendizado cognitivo e corporal das mesmas, sem que tenha maiores problemas.

A criança com necessidades educativas especiais, especificamente com SD, é uma criança que apresenta diferenças e é com essas diferenças que os educadores precisam trabalhar e também com estas, os pais devem ajustar seu modo de ver seus filhos, conscientizando-se que eles são diferentes. Os atendimentos especializados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia da inclusão não é nova, mas ainda precisa amadurecer nas mentes de pais, educadores, governantes e toda sociedade, antes de tudo é preciso deixar de

têm por objetivo auxiliar a criança com deficiência a desenvolver as suas habilidades ou potencial, visando à autodependência e o seu máximo funcionamento em seus sentidos.

Pensar nas diversas maneiras de exclusão de um aluno com SD, nos remete a alguns fatores de ordem estrutural que impedem um atendimento de qualidade oferecido a eles através da escola, tais como, a ausência de profissionais qualificados para atendê-los, o preconceito, a discriminação, o desconhecimento de pais e professores das anomalias apresentadas por esses indivíduos, revelam em grande parte as barreiras que se sucedem na construção de uma sociedade inclusiva.

Assim, o futuro da educação inclusiva em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com deficiência, para trabalhar numa meta comum que seria a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos.

ignorar a existência do problema e torná-lo parte de nossas vidas como algo natural. A contribuição primordial deste estudo está no fato de chamar atenção para as necessárias atitudes diante das práticas vigentes de inclusão escolar, pois é preciso estar atento

as necessárias adaptações, principalmente, nas aulas de Educação Física, para os alunos com SD na qual são crianças que necessitam de um trabalho diferenciado e inclusivo, não apenas integrá-la as aulas regulares, mas atribuir a elas as condições viáveis de fazer parte deste contexto.

O professor precisa perceber que trabalhar com uma criança com SD não requer apenas empenho na transmissão de conhecimentos, mas demarca uma relação de confiança, segurança, amor e respeito entre ambos. Estes elementos são imprescindíveis para o favorecimento da aprendizagem, os quais poderão trazer satisfação e reforços positivos. Estas crianças merecem respeito independente de suas diferenças no ritmo de aprendizagem ou qualquer outra limitação, seja ela física ou intelectual.

Vale ressaltar que os professores da área de Educação Física precisa estar conscientes de sua importância e da função que desempenham, caso tenham um aluno com SD na turma, pois é na relação concreta entre o educando e o professor que são fornecidos os elementos que possibilitam decisões educacionais mais acertadas.

O processo de ensino aprendizagem da Educação Física deverá estabelecer uma prática que contextualize a realidade do aluno, cabe ao professor oferecer meios e estratégias proporcionando o

desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo do aluno com esta síndrome, propiciando a construção de conhecimento e habilidades mais complexas, isso dependerá das vivências e experiências proporcionadas aos alunos na aula.

Nesse pressuposto entende-se que a Educação Física desempenha um papel fundamental de inclusão social, quando articulada a sua prática pedagógica está a construção e adaptação de diferentes estratégias a serem utilizadas, para que ocorram relações afetivas entre alunos ditos normais e com SD. Neste caso, o professor de Educação Física, precisa aprimorar seus conhecimentos, para que as aulas sejam dinâmicas, criativas e motivadoras, lembrando-se de sempre aplicar as devidas precauções, superando problemas e dificuldades.

Diante do exposto, verifica-se que este estudo não apresenta um fato finalizado e sim se acredita no interesse de outros pesquisadores apresentarem um novo enfoque desde que contribua para o debate crítico e reflexivo. Em síntese analisa-se esta temática importante para o educador de Educação Física que trabalha com a inclusão de alunos em todas as vertentes e especialmente com alunos especiais, como é o caso de SD, já que podemos perceber que em alguns momentos é fácil perceber a indiferença de professores quando em sua

turma há alunos com essas especificidades, sentimos a falta de preparação profissional, qualificação específica, e isso nos leva a pensar que no nosso momento atual, necessitamos como educadores abraçar a

causa e promover a cidadania, favorecendo o diálogo e a trabalhar a inclusão social de modo que o resultado final seja gratificante e significativo para esses alunos.

REFERÊNCIAS

- BIBAS, Josiane Mayr. **Guia de estimulação para a criança com Síndrome de Down**. Curitiba: Ed, DEAG-LEGRAF Banestado, 1999.
- BRASIL, **Constituição Federal do Brasil**, 1988. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br>> acesso em: 22 de outubro de 2015.
- _____. **Declaração Mundial sobre Educação para todos plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**, 1990. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/educar/todos.htm>> Acesso em: 22 de outubro de 2015.
- _____. Lei Federal n.8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. DF: Brasília, 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>> Acesso em: 23 de outubro de 2015.
- _____. Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 23 de outubro de 2015.
- _____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental; Educação Física**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>> Acesso em: 25 de outubro de 2015.
- CARDOSO, De La R. **Inclusão de aluno com síndrome de dow**. São Paulo: Loyola, 2004.
- CARNIEL, J. L. M. de. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 3 ed. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007.
- CASTRO, E. M. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2005.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 26 de outubro de 2015.
- DIAS, D. A. MARTINS, D. R. **O aluno portador de Síndrome de Down nas aulas de educação física: A importância da formação do professor, para garantir sua participação**. 2009.
- FLÓREZ, J. **Patología cerebral y aprendizaje en el síndrome de Down**. In: FLÓREZ, J. TRONCOSO, M. V. (Orgs). **Síndrome de Down y Educación**. Santander, Espanha: Masson, 1997.
- GIMENEZ, R. **Atividade física e deficiência mental**. São Paulo: Manole, 2005.
- GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995.

- LEFEVRE, B. H. **Mongolismo**: orientação para famílias. 2 ed. São Paulo: Almed, 1988.
- MAIA, Christiane M. **Quem olha quem?** Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
- MANTOAN Maria Tereza Eglêr. **Essas crianças tão especiais**: Manual para Solicitação do Desenvolvimento de Crianças Portadoras da Síndrome de Down. Brasília: 2003.
- _____. **Inclusão escolar** : o que é ? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.
- _____, M. T. E. **Inclusão Escolar**: caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. 2001. Disponível em:
<http://www2.varzeapaulista.sp.gov.br/educar/wpcontent/uploads/2009/06/inclusaoeducacionaldosalunosvp.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2015.
- MAZZILLO, Ida Beatriz Costa Velho. **Barreiras invisíveis presentes na educação inclusiva**: um estudo sobre as representações dos professores relativas a alunos portadores de paralisia federal. 2008.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORTIZ, João Martinez Junior. **A concepção dos professores de Educação Física frente à inclusão do alunos com síndrome de Down no ensino regular**. LONDRIMA: UEL, 2008.
- PFEIFER, LUZIA IARA; SANTOS, Jair Lúcio. **Interação social de crianças com síndrome de down**. São Paulo: Ática, 2010.
- PUESCHEL, Siegfried. **Síndrome de down**: guia para pais e educadores. 4ª ed. São Paulo: Papiros, 2003.
- RAVAZZI, Lilian. **Alunos com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física**: o olhar do outro. 2009. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso Educação Física Licenciatura – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.
- SACRISTÁN, J. G. **O que são os conteúdos de ensino?** In: SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. P. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- SOLER, Reinaldo. **Brincando e aprendendo na educação física especial**: Planos de aula. Rio de Janeiro: 2ª edição: Sprint, 2006.
- SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down**. 2 ed. São Paulo: Memnon, 2003.
- WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2005.